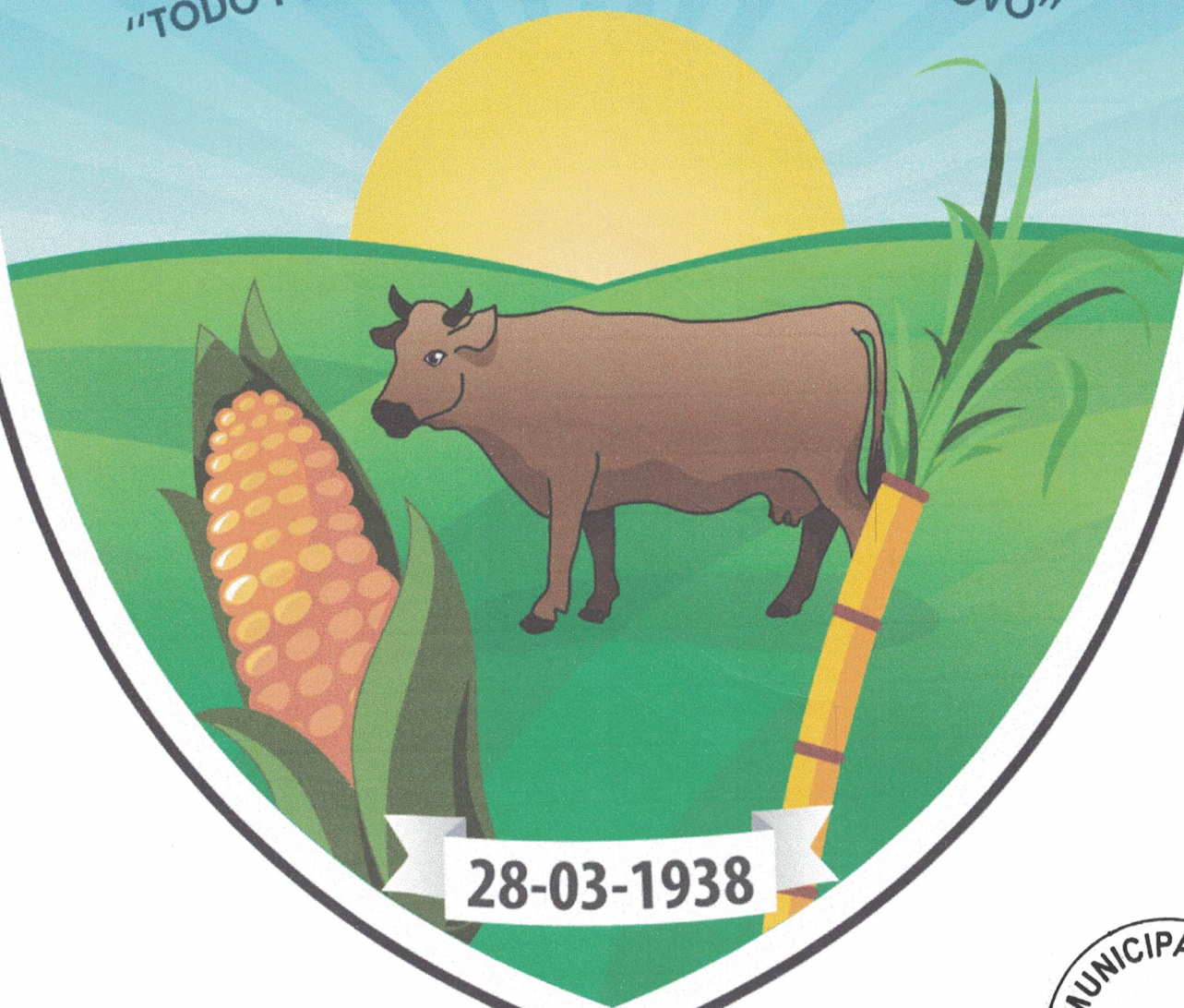


ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA
REGIMENTO INTERNO

**CÂMARA DE VEREADORES DE
MURIBECA**

"TODO PODER DO MUNICÍPIO EMANA DO POVO"



28-03-1938



Das Comissões Especiais, Processantes e de Representação:.....	21
Seção VI:	21
Das Comissões Parlamentares de Inquérito:	21
3- TÍTULO III:.....	23
Dos Vereadores:	23
Capítulo I:.....	23
Seção I:.....	23
Do <i>Exercício</i> de Vereança:	23
Seção III:.....	23
Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro:.....	23
Seção III:.....	24
Das Penalidades Por Falta de Decoro:.....	24
Seção IV:.....	25
Da Suspensão do Exercício da Vereança:.....	25
Seção V:.....	26
Do Processo Destituidório:.....	26
Capítulo III:.....	26
Seção I:.....	26
Das Licenças, Das Vagas:.....	26
Capítulo III:.....	27
Dos Líderes:.....	27
Capítulo IV:.....	27
Das Incompatibilidade e Impedimentos:.....	27
Capítulo V:.....	28
Dos Subsídios dos Vereadores:.....	28
4-TÍTULO IV:.....	29
Das Proposições e Da sua tramitação:.....	29
Capítulo I:.....	29
Das Modalidades de Proposição e de sua Forma:.....	29

Capítulo II:.....	30
Das Proposições em Espécie:.....	30
Capítulo III:.....	33
Seção I:.....	33
Da Apresentação das Proposições.....	33
Seção II:.....	34
Retirada de Proposições.....	34
Capítulo IV:.....	34
Seção I:.....	34
Da Tramitações:.....	34
Seção II:.....	35
Do Regime de Urgência.....	35
5 – TÍTULO V:	36
Das Sessões da Câmara:	36
Capítulo I:.....	36
Das Sessões em Geral:.....	36
Capítulo II:.....	37
Das Atas das Sessões:.....	37
Capítulo III:	38
Das Sessões Ordinária:.....	38
Capítulo III:.....	38
Das Sessões Ordinárias:.....	38
Capítulo IV:.....	38
Das Sessões Extraordinárias:.....	39
Capítulo V:.....	40
Das Sessões Solenes:.....	40
6 – TÍTULO VI:.....	40
Das Discussões e Deliberações:.....	40
Capítulo I:.....	40
Das Discussões:.....	40

Capítulo II:.....	42
Da Disciplina dos Debates:.....	42
Capítulo III:.....	43
Sessão I:.....	43
Do Quórum Das Deliberações:.....	43
Sessão II:.....	45
Das Votações:.....	45
7 – TÍTULO VII:.....	46
Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle:.....	46
Capítulo I:.....	46
Da Elaboração Legislativa Especial:.....	46
Sessão I:.....	46
Do Orçamento:.....	46
Sessão II:.....	47
Das Codificações e dos Estatutos:.....	47
Capítulo II:.....	47
Sessão I:.....	47
Do Julgamento das Contas:.....	47
Sessão II:.....	47
Das Convocações dos Secretários Municipais:.....	47
8 – TÍTULO VIII:	47
Do Regime Interno e da Ordem Regimental:.....	47
Capítulo I:.....	47
Sessão I:.....	48
Das Interpretações e dos Procedentes:.....	48
Sessão II:.....	48
Da Ordem:.....	48
Capítulo II:.....	48
Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma:.....	48
9 – TÍTULO IX:	48

Dos Serviços Administrativos da Câmara.....	48
10 – TÍTULO X:.....	49
Disposições Gerais e Transitórias:.....	49

RESOLUÇÃO 02/2009

DISPOE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBECA

TÍTULO I

Da Câmara Municipal de Muribeca

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º. A Câmara Municipal de Muribeca/Sergipe é o poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma da legislação vigente.

Art. 2º. A Câmara Municipal tem funções institucionais, legislativas, fiscalizadoras, administrativas, de assessoramento, além de outras permitidas em lei reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§ 2º A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.

§ 3º A função fiscalizadora é exercida sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercido pela Comissão de Finanças e Orçamento, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

§ 4º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do (a) Prefeito (a) e da Mesa da Câmara e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

§ 5º A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores que a compõem.

§ 6º A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas da Municipalidade.

§ 7º A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito(a), sugerindo medidas de interesse público.

§ 8º As demais funções são exercidas no limite da competência Municipal quando afetas ao Poder Legislativo.

Art. 3º. A sede da Câmara Municipal de Muribeca localiza-se na Zona Urbana do Município, como também, se necessário e aprovado pela casa poderá instalar-se a Câmara itinerante, nos Povoados que compõem a Municipalidade, onde serão realizadas sessões, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, observado às exceções da Lei Orgânica do Município.

§ 1º No recinto das sessões não poderão ser realizados atos estranhos às funções da Câmara, salvo nos casos em que o Prefeito ceder o recinto para reuniões cívicas, culturais e partidárias.

§ 2º As sessões solenes ou comemorativas poderão ser realizadas fora da sede Câmara.

§ 3º No caso de qualquer impedimento ao funcionamento regular da Câmara, o Presidente ou quem estiver substituindo, fará a designação de outro local para a realização das sessões.

§ 4º Qualquer cidadão poderá assistir as sessões da Câmara desde que esteja na parte do recinto que lhe seja reservado, portando-se e trajando-se de forma descente, sem armas e com respeito e urbanidade à casa.

Art. 4º. A Legislatura tem a duração de quatro anos, o coincidindo com o mandato dos Vereadores para ela eleitos, e cada ano da Legislatura é denominado de Sessão Legislativa.

Art. 5º. A Sessão Legislativa Ordinária compreende os períodos de 1º janeiro, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, e a Sessão Legislativa Extraordinária compreende os períodos de convocação extraordinária, nos termos dos arts. 129 a 132 deste Regimento, durante o recesso legislativo.

§ 1º A instalação da Legislatura ocorrerá na Sessão destinada à posse dos Vereadores para ela eleitos e diplomados, nos termos do Título I, Capítulo II, Seção I deste Regimento, e a instalação da Sessão Legislativa Ordinária ocorrerá na primeira Sessão Ordinária.

Parágrafo Único- Os períodos de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro são considerados de recesso legislativo.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Sessão de Instalação e Posse

Art. 6º. A Câmara Municipal de Muribeca instalar-se-á, em sessão **preparatória** até as 00:00 hs do dia 1º de janeiro de cada legislatura com qualquer número, que será presidida pelo Vereador mais votado dentre os que aceitarem, o qual designará um Vereador Secretário **AD HOC**, para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 7º. Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse na sessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão, serão lavrados na ata, em livro próprio de forma manual ou digital, pelo(a) Secretário(a), sendo assinada pelos empossados e demais presentes, se assim o quiserem.

§ 1º No ato da posse do Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: **“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO”**. Em seguida, o secretário AD HOC a chamada de cada vereador, que de pé, com o braço estendido para a frente e mão aberta, declarará em voz alta: **“ASSIM EU PROMETO”**.

§ 2º Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente declarará empossado os Vereadores proferindo em voz alta: **“DECLARO EMPOSSADOS NO CARGO DE VEREADOR DO MUNICÍPIO DE MURIBECA/SE, OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO.”**

§ 3º Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regulamente empossado.

§ 4º Após a eleição da Mesa Diretora, conhecido seu resultado, o Presidente proclamará o resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.

§ 5º Após a eleição e posse da Mesa Diretora, o Presidente dará início ao processo de posse do Prefeito (a) e Vice-Prefeito (a) eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município, obedecida a programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado em livro próprio pelo Secretário.

§ 6º Terminada a posse do Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a) o Presidente solicitará a todos os eleitos e empossados a entregar da declaração de bens escrita, sendo o presente ato transcrito na respectiva ata.

§ 7º Ato contínuo o Presidente concederá a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores, facultando a mesma ao Vice-Prefeito(a) e Prefeito(a) empossados, encerrando em seguida a solenidade.

§ 8º Não havendo quórum para se proceder a eleição, o Presidente suspenderá a sessão e convocará o Prefeito(a), Vice-Prefeito(a) e Vereadores(as) eleitos(as) para tomarem posse, convocando sessões diárias até que se proceda a eleição normal e posse da Mesa.

Art. 8º. O Vereador (a) que não tomar posse na sessão prevista no art. 6º deste Regimento, deverá fazê-lo dentro do prazo de 30(trinta) dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 1º Não haverá pose por procuração.

Parágrafo Único – O Vereador (a) que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilidade, no prazo a que se refere este artigo.

TÍTULO II

Dos Órgão da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Da Mesa da Câmara

Seção I

Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa

Art. 9º. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, com mandato de 02 (DOIS) anos, eleitos por votação secreta.

Art. 10. O mandato da Mesa será de DOIS anos, permitida a recondução para mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 11. A eleição dos membros da Mesa somente será válida, se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 12. Os candidatos que concorrerão à eleição da Mesa da Câmara Municipal de Muribeca deverão apresentar-se a Mesa Diretora portando, respectivamente, a sua chapa composta para a respectiva eleição, com

antecedência mínima de 10(dez) dias da data da eleição, desde quando já empossados e no exercício do cargo.

Parágrafo Primeiro- Para a eleição dos membros da Mesa, utilizar-se-ão para votação, cédulas de papel, datilografadas ou impressas, contendo os nomes que comporão os respectivos cargos.

Parágrafo Segundo- A data da eleição da mesa diretora, para o segundo biênio do mandato, onde contempla Presidente, Vice-Presidente, 1º, e 2º Secretário, poderá ser a partir da primeira sessão do segundo ano do primeiro biênio, podendo os interessados se inscreverem dez dias antes da eleição.

Art. 13. Nas eleições para a composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer Vereadores, ainda que tenham ocupado o mesmo cargo na legislatura imediatamente anterior.

Art. 14. O suplente de Vereadores convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 15. Se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta dos votos, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio no qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

Art. 16. Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.

Art. 17. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 18. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

- I- Extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;
- II- For o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou Vier a falecer.
- III- Licenciarse o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada;
- IV- Houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário.

antecedência mínima de 10(dez) dias da data da eleição, desde quando já empossados e no exercício do cargo.

Parágrafo Primeiro- Para a eleição dos membros da Mesa, utilizar-se-ão para votação, cédulas de papel, datilografadas ou impressas, contendo os nomes que comporão os respectivos cargos.

Parágrafo Segundo- A data da eleição da mesa diretora, para o segundo biênio do mandato, onde contempla Presidente, Vice-Presidente, 1º, e 2º Secretário, poderá ser a partir da primeira sessão do segundo ano do primeiro biênio, podendo os interessados se inscreverem dez dias antes da eleição.

Art. 13. Nas eleições para a composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer Vereadores, ainda que tenham ocupado o mesmo cargo na legislatura imediatamente anterior.

Art. 14. O suplente de Vereadores convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 15. Se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta dos votos, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio no qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

Art. 16. Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.

Art. 17. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 18. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

- I- Extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;
- II- For o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou Vier a falecer.
- III- Licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada;
- IV- Houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário.

V- Perderá o mandato de membro da Mesa o Vereador que deixar o Partido que integrava ao ser eleito, sendo permitido que concorra novamente ao cargo, na forma desta seção.

Art. 19. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo Secretário, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 21 deste Regimento, quando o Plenário deliberará sobre a aceitação ou não da renúncia.

Art. 20. A destituição de membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevaletido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de 2/3(dois terços) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador assegurada a mais ampla oportunidade de defesa.

Art. 21. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na 1ª sessão ordinária seguinte na qual se verificar a vaga, observando o disposto nos arts. 10 a 15.

Parágrafo Único – No caso de não haver candidatos para concorrer à eleição prevista no “caput” deste artigo, após três tentativas de eleições suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votada entre os que não participam da Mesa.

Seção II

Da Competência da Mesa

Art. 22. A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 23. Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

I- Propor os projetos de lei que criam, modifiquem ou extingam os cargos dos serviços auxiliares do Legislativo e fixem os correspondentes vencimentos iniciais.

II- Apresentar projetos de lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito;

III- Apresentar as proposições concessivas de licenças e afastamentos do Prefeito.

IV- Elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município de Muribeca, até o dia 31 de agosto de cada legislatura.

V- Representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Município.

VI- Baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara.

VII- Organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse das mesmas pelo Executivo.

VIII- Proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do Saldo de Caixa existente na Câmara ao final de cada exercício.

IX- Enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para sua incorporação às contas do Município.

X- Proceder à redação das resoluções e decretos legislativos.

XI- Deliberar sobre convocações de sessões extraordinárias da Câmara.

XII- Receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais.

XIII- Deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade.

XIV- Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.

XV- Atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços a comunidade.

XVI- Fiscalizar a execução da lei orgânica.

XVII- Constituir comissões especiais.

XVIII- Alterar o regimento interno através de resolução levada a apreciação do plenário.

XIX- Determinar a abertura de sindicâncias e inquéritos administrativos.

XX- Deliberar sobre todos os atos que digam respeito a procedimentos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, em relação aos funcionários da Câmara.

XXI- Dispor sobre a divulgação dos trabalhos nas sessões plenárias e reuniões das Comissões.

XXII- Disponibilizar, em rede, por meio de sistema informatizado ou impresso, dados relativos à tramitação das proposições legislativas, quando requerido ou obtiverem as condições para tanto.

XXIII- Fazer publicar leis, resoluções e decretos legislativos promulgados, bem como atos administrativos que digam respeito a pessoal, licitações, contratações de serviços e outros.

Art. 24. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais e será substituído, nas mesmas condições, pelos Secretários, respectivamente.

Art. 25. Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais votado presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário "AD HOC", sendo esse último procedimento, aplicado também nos casos de ausência conjunta do Secretário.

Art. 26. A Mesa, reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação de edilidade que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo e no mínimo, quinzenalmente, a fim de deliberar, por maioria de votos, sobre assuntos de sua competência, assinando e fazendo publicar os respectivos atos e decisões.

Sessão III

Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Art. 27. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo-a em Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 28. São atribuições do Presidente, além das que estão expressas neste Regimento ou decorram da natureza das suas funções e prerrogativas:

I- Quanto às sessões plenárias:

- a) Convocar, abrir, presidir, suspender e encerrar as sessões;
- b) Dirigir os trabalhos durante a Ordem do Dia, delas afastando-se apenas em caráter excepcional;
- c) Manter a ordem dos trabalhos, interpretar e fazer cumprir o Regimento;
- d) Determinar a leitura de proposições e expedientes encaminhados à Mesa;
- e) Transmitir ao Plenário, a qualquer tempo, comunicações que julgar necessárias, em tempo de Presidente;
- f) Conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos regimentais;
- g) Advertir o orador que se desviar da matéria em debate ou falar sem o devido respeito à Câmara ou a qualquer de seus membros, cassando-lhe a palavra ou suspendendo a sessão quando entender necessário;
- h) Informar ao orador sobre o tempo a que tem direito e quando este se esgotar;
- i) Anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;
- j) Anunciar o resultado das votações;
- k) Informar sobre que será votada nos momentos da abertura da discussão geral, do encaminhamento e da tomada de votos;
- l) Determinar a verificação de “quórum” a qualquer momento da sessão, de ofício ou atendendo requerimento de Vereador.
- m) Determinar o registro das decisões do Plenário nos respectivos expedientes;
- n) Decidir sobre questões de ordem e, caso omissis o Regimento, determinar o registro das decisões para solução de casos análogos futuros.

o) Votar na eleição da Mesa, ou em matéria que exigir, para sua aprovação, maioria absoluta, dois terços dos membros da Câmara ou voto de desempate, nos termos deste regimento e da Lei Orgânica Municipal;

II- Quanto às proposições:

- a) Receber as proposições apresentadas;
- b) Determinar ao primeiro Secretário a distribuição de proposições, processos e documentos às Comissões e membros da casa;
- c) Deferir, a requerimento do autor ou do Líder de Sua Bancada, a retirada de tramitação de proposição, nos termos regimentais;
- d) Declarar prejudicadas as proposições incompatíveis com o regimento;
- e) Determinar a retirada de substitutivo ou emenda que não seja pertinente à proposição inicial;
- f) Determinar o desarquivamento de proposições nos termos regimentais;
- g) Retirar da Ordem do Dia proposições em desacordo com as exigências regimentais;
- h) Decidir sobre requerimentos orais ou escritos, processos e demais expedientes submetidos a sua apreciação.
 - i) Observar e fazer observar os prazos regimentais;
 - j) Devolver ao autor, de ofício, proposição manifestamente inconstitucional ou ilegal, que contenha expressões anti-regimentais ou que não atenda ao disposto no art. 87, §§1º e 2º, deste Regimento, para fins de adequação;
 - k) Determinar o arquivamento das proposições, nos termos deste regimento;
 - l) Promulgar resoluções, decretos legislativos e emendas à Lei Orgânica, bem como leis, na forma da Lei Orgânica;

III - Quanto às Comissões, se formadas:

a) Designar, ouvidos os Líderes, os membros das Comissões Temporárias, nos termos regimentais;

b) Designar substitutos para os membros das Comissões Temporárias em caso de vaga, licença ou impedimento legal, observando a indicação partidária;

c) Declarar a destituição de membros de Comissões Temporárias.

Art. 28-a. Compete, ainda, ao Presidente:

I- Convocar e presidir as reuniões da Mesa;

II- Convocar e dar posse aos Vereadores e Suplentes;

III- Declarar a extinção do mandato de Vereador;

IV- Substituir o Prefeito Municipal nos casos previstos em lei;

v- Informar, mediante requerimento, sobre ausência de Vereador às sessões plenárias e reuniões de Comissão, quando motivada por outro compromisso inerente ao cargo de Vereador, ou nos casos previstos neste regimento;

VI- Executar os atos administrativos e legais relativos ao funcionamento da Câmara, conforme decisão da Mesa.

VII- Assinar contratos de qualquer natureza, com a aprovação prévia da Mesa.

Art. 29. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo O Prefeito no caso previsto em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 30. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas afastar-se da direção da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

§ 1. Quando o Presidente estiver com a palavra, no exercício de suas funções, durante as sessões plenárias, não poderá ser interrompido nem aparteado.

Art. 31. O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:

- I- Na eleição da Mesa;
- II- Quando a matéria exigir, para sua aprovação favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;
- III- No caso de empate, nas votações secretas.

Art. 32. O vice-presidente da Câmara, salvo o disposto no art. 33 e seu Parágrafo Único, e, na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competências desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente nas faltas e impedimentos, pela ordem.

Art. 33. O vice-presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único- O disposto neste artigo aplica-se também, às leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subsequente.

Art. 34. Compete ao 1º Secretário:

I- Organizar o Expediente e a Ordem do Dia.

II- Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III- Ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;

IV- Fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V- Elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as, juntamente com o Presidente;

VI- Certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

VII- Manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas;

§1. Compete ao 2º secretário:

a) Auxiliar o 1º secretário;

b) Praticar os atos expressos no inciso I deste artigo, quando encontrar-se em substituição ao 1º secretário.

Sessão IV

Das Atribuições do Plenário

Art. 35- O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar, nas formas deste regimento.

§ 1º Local é o recinto de sua sede;

§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão;

§ 3º Número é o quórum determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações;

§ 4º Integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação;

§ 5º Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 36. São atribuições do Plenário:

I- Elaborar, com a participação do Executivo, as leis municipais;

II- Votar os Orçamentos Anual e Plurianual de Investimentos, e as Diretrizes Orçamentárias;

III- Legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;

IV- Autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como, aprovar os créditos extraordinários;

V- Autorizar a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como, a forma e os meios de pagamento;

VI- Autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

VII- Autorizar a concessão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;

VIII- Dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens do domínio do Município.

IX- Autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como, dispor sobre moratória e benefícios;

X- Autorizar convênios onerosos e consórcios;

XI- Dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XII- Fixar no final de cada legislatura, até trinta dias antes das eleições, para vigorar na subsequente, os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

XIII- Delimitar o perímetro urbano, aprovar o plano diretor, autorizar a concessão de serviços Públicos

Parágrafo Único- É de competência privativa do Plenário:

I- Eleger sua Mesa e destituí-la na forma regimental;

II- Votar seu Regimento Interno;

III- Organizar os seus serviços administrativos;

IV- Conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;

V- Autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 10 dias;

- VI- Criar comissões especiais e de inquérito na forma da Lei Orgânica Municipal;
- VII- Apreciar vetos;
- VIII- Cassar mandato do Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;
- IX- Tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa;
- X- Conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;
- XI- Requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração;
- XII- Convocar os Secretários para prestar informação sobre matéria de sua competência de forma regular;
- XIII- Julgar o Prefeito, o vice-prefeito e os vereadores nos casos previstos da Constituição Federal e Estadual e nos termos da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO II

Das Comissões

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 37. As comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder estudos

sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração, com as seguintes denominações:

- I- Comissões Permanentes;
- II- Comissões Especiais;
- III- Comissões Processantes;
- IV- Comissões de Representação;
- V- Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 38. As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos.

§ 1º Nas Constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 2º Os Membros da Mesa, não poderão participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.

§ 3º O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou de Comissão de Representação, observando o §1º deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.

Art. 39. Durante o recesso, no término de cada sessão legislativa, haverá uma Comissão Representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do ano, em votação secreta, observada a proporcionalidade partidária, constituída por número ímpar de Vereadores, presidida pelo Presidente da Câmara, com as seguintes atribuições e sistemática de trabalho:

- I- Reunir-se extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;
- II- Zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- III- Zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;
- IV- Autorizar o Prefeito e Vice-Prefeito a se ausentarem do Município por mais de quinze dias;

V- Convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou de interesse público relevante.

Parágrafo Único- A Comissão Representativa apresentará à Mesa Diretora da Câmara, relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO II

Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes

Art. 40. Às Comissões Permanentes incumbe:

I- Estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário;

Parágrafo Único- As comissões Permanentes são as seguintes:

I- Legislação, Justiça e Redação final;

II- Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas;

III- Obras, Serviços Públicas, Agroindústria, Comércio e Turismo;

IV- Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos.

Art. 41. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguintes à da eleição da Mesa, para toda a legislatura, mediante votação em escrutínio público, através de cédulas previamente elaboradas, impressas ou datilografadas, contendo os nomes dos Vereadores indicados pelos seus partidos, a legenda partidária e as respectivas Comissões.

§ 1º Os Vereadores concorrerão à eleição sob a mesma legenda com a qual foram eleitos não podendo ser votados os Vereadores e os suplentes;

§ 2º O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de 02 (duas) Comissões Permanentes;

§ 3º Nas Comissões Permanentes cada membro terá um suplente, indicado pelo representante de seu Partido na Câmara, na mesma data da constituição das Comissões.

Art. 42. O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único- Para efeito dos dispostos neste artigo, quando da substituição do membro, observar-se-á a condição prevista no § 1º do art. 38 deste Regimento.

Art. 43. Os membros das Comissão Permanentes serão destituídos caso não compareçam, em cada sessão legislativa, à três reuniões consecutivas ordinárias ou a cinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo Único- A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

Art.44. As vagas nas Comissões Permanentes por renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do líder da bancada a que pertencia o titular, e, isso não sendo possível, far-se-á nova eleição, persistindo a vaga, esta será suprida por simples designação do Presidente da Câmara.

SEÇÃO III

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 45. As Comissões Permanentes só poderão reunir-se em regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensa de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 46. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente, no curso da reunião Ordinária da Comissão.

Art. 47. Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:

- I- Convocar reuniões extraordinárias da Comissões;
- II- Presidir as reuniões extraordinárias da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
- IV- Receber as matérias destinadas à Comissão;

IV- Fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V- Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI- Conceder visto de matéria, **por três dias**, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência;

VII- Avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.

Art. 48. Encaminhar qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.

Art. 49. É de 8 (oito) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º O prazo a que se refere este artigo será ampliado em se tratando de proposta orçamentária, de processo de prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara.

§ 2º O prazo a que se fere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.

Art. 50. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo Único- Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previstos no art.49 deste Regimento.

Art. 51. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 52. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência, na forma prevista no § 2º do art. 49 deste Regimento.

SEÇÃO IV

Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

Art. 53. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição em contrário deste Regimento.

Parágrafo Único- A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

- I- Organização administrativa da Câmara;
- II- Assinatura de convênios onerosos e consórcios;
- III- Concessão de licença ao Prefeito;
- IV- Alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;
- V- Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- VI- Veto;
- VII- Emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;
- VIII- Concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;
- IX- Todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões.

Art. 54. Compete a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

- I- Diretrizes orçamentárias;
- II- Proposta orçamentária e orçamento plurianual;
- III- Matérias tributárias;
- IV- Abertura de créditos, empréstimos públicos;
- V- Proposições que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município;

VI- Proposições que acarretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;

VII- Fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;

VIII- Fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.

IX- Apreciar as Contas do Município e da Mesa da Câmara.

Art. 55. Compete a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo, opinar obrigatoriamente, quando ao mérito, sobre as seguintes matérias:

- I- Código de Obras e Código de Posturas;
- II- Planos Diretor e de Desenvolvimento Integrado;
- III- Aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;
- IV- Quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;
- V- Atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primário, secundários e terciário da economia do Município.

Art. 56. Compete à Comissão de Educação Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos, apreciar e manifestar-se obrigatoriamente quando ao mérito em todos os projetos e matérias que versem sobre:

- I- Assuntos educacionais, artísticos e desportivos;
- II- Concessão de bolsas de estudo;
- III- Patrimônio histórico;
- IV- Saúde pública e saneamento básico;
- V- Assistência social e previdenciária em geral;
- VI- Reorganização administrativa da prefeitura nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- VII- Implantação de centros comunitários sob auspício oficial;

VIII- Declaração de utilidades públicas municipal a entidades que possuam fins filantrópicos;

IX- Todas matérias ligadas aos Direitos Humanos.

Art. 57. O estudo de qualquer matéria, pelas Comissões Permanentes, poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

Parágrafo Único- Nas reuniões conjuntas observar-se-á as seguintes normas:

I- Em cada Comissão deverá estar presente a maioria de seus membros;

II- O estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;

III- Cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único;

IV- O parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.

Art. 58. Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafo único do art. 57 deste Regimento.

Seção V

Das Comissões Especiais, Processantes e de Representação

Art. 59. As Comissões Especiais destinadas a proceder o estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo serão criadas por iniciativa da Presidência ou a pedido de 1/3 dos vereadores.

§ 1º A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, haja ou não concluído os seus trabalhos.

§ 2º A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente sob forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seus membros e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de lei,

de resolução ou de decreto legislativo, que deverá conter a assinatura de, pelo menos, dois de seus arquivamentos.

§ 3º No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, os membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.

§ 4º Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

Art. 60. A Câmara constituirá Comissão Processante no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na lei federal aplicável e na Lei Orgânica do Município.

Art. 61. As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município e atender as disposições previstas no art. 39 deste Regimento.

Seção VI

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 62. A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionará na sede da Câmara, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômico e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento.

§ 2º O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidárias ou blocos formados, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§ 3º Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.

§ 4º Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:

I- Proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II- Requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III- Transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem;

§ 6º No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

I- Determinar as diligências que achar necessárias;

II- Requerer a convocação de secretários municipais;

III- Tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV- Proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

§ 7º As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.

§ 8º Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.

§ 9º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos duas, salvo mediante projeto de Resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.

§ 10º Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

- I- Não tenha participação nos debates;
- II- Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- III- Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;
- IV- Atenda às determinações do Presidente.

§ 11 A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

- I- A exposição dos fatos submetidos à apuração;
- II- A exposição e análise das provas colhidas;
- III- A conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
- IV- A conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;
- V- A sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;
- VI- A indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

§ 12 Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros.

§ 13 Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§ 14 O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no Pequeno Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independerá

de apreciação do Plenário, devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

§ 15 A secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independente de requerimento.

TÍTULO III

Dos Vereadores

CAPÍTULO I

Seção I

Do Exercício da Vereança

Art. 63. Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo Municipal para uma legislatura de 04 (quatro) anos, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional por voto secreto e direto.

Art. 64. É assegurado ao Vereador, uma vez empossado:

I- Participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente.

II- Votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III- Apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativas exclusiva do Executivo e da Mesa;

IV- Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento;

V- Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudicadas ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Seção II

Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro

Art. 65. É vedado ao Vereador:

I- Desde a expedição do diploma:

A) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;

B) Aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do art.38 da Constituição Federal.

II- Desde a posse:

A) Ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerado “ad nutun”, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato, observado o disposto do art. 38 da Constituição Federal.

B) Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

C) Ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

D) Patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I deste artigo.

Art.66. Perderá o mandato o Vereador:

I- Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II- Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III-Que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV- Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V- Que fixar residência fora do Município;

VI- Que perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

§ 1º Nos casos dos incisos I e II a perda será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 2º Nos casos previstos nos incisos III e IV, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partidos Políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 3º O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá, além dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o estabelecido em lei federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

§ 4º Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

- I- Advertência em Plenário;
- II- Cassação da palavra;
- III- Determinação para retirar-se do Plenário;
- IV- Suspensão da Sessão, para entendimento na sala da presidência;
- V- Proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.

§ 5º Considera-se atentatório de decoro parlamentar, quando o detentor do uso da palavra, usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 6º É incompatível como o decoro parlamentar:

- I- O abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;
- II- A percepção de vantagens indevidas;
- III- A prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Seção III

Das Penalidades Por Falta de Decoro

Art.67. As infrações definidas nos parágrafos 5º e 6º do artigo anterior, acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:

- I- Censura
- II- Perda temporária do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;
- III- Perda do mandato.

Art.68. A censura será verbal ou escrita:

§1º A censura verbal será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:

I- Inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;

II- Praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III- Perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões;

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa, ao Vereador que:

I- Na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias do decoro parlamentar

II- Praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Art. 69. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

I- Reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos do artigo anterior;

II- Praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;

III- Revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido, devam ficar secretas;

IV- Revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenham tido conhecimento na forma regimental;

V- Faltar sem motivo justificado, a cinco sessões ordinárias consecutivas ou a dez intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária.

§ 1º Nos casos dos incisos I e IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, assegurada ampla defesa ao infrator.

§ 2º Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de ofício, o máximo da penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

Seção IV

Das Suspensão do Exercício da Vereança

Art. 70. Extingue-se o mandato de Vereador, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara, obedecida a Legislação Federal, quando:

I- Ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória específica;

II- Deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no art. 8º deste Regimento;

III- Deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente, para apreciação de matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos casos, assegurada ampla defesa;

IV- Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em lei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou neste Regimento;

Art. 71. A extinção do mandato se torne efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo Suplente.

Parágrafo Único- Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste artigo, o Suplente de Vereador, poderá requerer a declaração da extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a Lei Federal.

Art. 72. A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida, reputando-se aberta a vaga a partir da sua leitura em Plenário, pelo detentor do mandato ou pelo Secretário.

Seção V

Do Processo Destituitório

Art. 73. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará preliminarmente em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.

§ 1º Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será atuada pelo Secretário, Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º Se houver defesa, anexada à mesa com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la no prazo de 05 (cinco) dias;

§ 3º Se não houver defesa, ou se havendo e o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e acusação até o máximo de 03 (três) para cada lado;

§ 4º Não poderá funcionar como relator o membro da Mesa.

§ 5º Na sessão o relator, que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuv-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º Se o Plenário decidir por 2/3 de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO II

Seção I

Das Licenças, das Vagas

Art. 74. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:

- I- Por motivo de doenças, devidamente comprovada, para tratar de interesses particulares nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal;
- II- Para desempenhar missão temporárias e de interesse do Município.

§ 1º O Vereador licenciado nos termos do item III deste artigo poderá receber ajuda pecuniária correspondente ao exato valor do subsídio a que faria jus se estivesse no efetivo exercício do cargo.

§ 2º Dar-se-á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga ou licença ou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município.

§ 3º Sempre que ocorrer vaga ou licença, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente que deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 4º Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao TRE.

§ 5º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

§ 6º Considerar-se-á licenciado, o Vereador que não comparecer às reuniões por estar, privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

CAPÍTULO III

Dos Líderes

Art. 75. Os partidos políticos poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.

Art. 76. A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou pelos Partidos Políticos, à Mesa, nas 24 horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 1º Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara.

§ 2º Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada;

§ 3º Não havendo unanimidade entre os Vereadores competentes da bancada, será considerado líder aquele cuja indicação teve maior número de assinatura da respectiva bancada;

§ 4º Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes, deverão fazê-lo na forma prevista no “caput” deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente de sessão ordinária da Câmara;

§ 5º Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, ala, facções ou do Prefeito.

Art.77. Os líderes terão o dobro a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no art. 149, itens I a IV deste Regimento.

Parágrafo Único- Para fazer comunicação em nome de seu partido, o líder poderá usar da palavra por 05 (cinco) minutos, em qualquer fase das sessões, desde que autorizado pela Presidência.

CAPÍTULO IV

Das Incompatibilidades e impedimentos

Art. 78. - Os vereadores não poderão:

a) Firmar ou manter contrato com a Municipalidade, com suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

Parágrafo Único: É autorizado ao ocupante de mandato eletivo, investido como Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, observado o disposto no art. 38 da Constituição Federal.

Art. 79. Perderá o, mandato o vereador:

I- Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II- Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III- Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV- Que perder os direitos políticos;

V- Que não fixar residência e domicílio com habitualidade no Municipal;

VI- Que não tomar posse nas condições estabelecidas nesta Constituição Municipal.

§ 1º - Em compatível com o decoro parlamentar além nos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara o voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º- Nos casos previstos nos incisos III, IV, VII e a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de Ofício ou mediante provocação de qualquer se deus vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO V

Dos Subsídios dos Vereadores

Art. 80. Os subsídios dos Vereadores serão fixados por Resolução de iniciativa da Câmara Municipal para a legislatura seguinte, pelo menos, trinta dias antes das eleições municipais, dentro dos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quórum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

§ 2º A mesma Resolução que fixará também o valor da parcela indenizatória, a ser pago aos Vereadores, por sessão extraordinária, até o máximo de quatro sessões por mês, observado o limite estabelecido na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, podendo ser dispensada a supracitada remuneração, se assim dispuser o plenário.

§ 3º Em nenhuma hipótese será remunerada mais de uma sessão extraordinária por dia, qualquer que seja a sua natureza.

TÍTULO IV

Das Proposições e da sua Tramitação

CAPÍTULO

Das Modalidades de Proposição e de sua Forma

Art. 81. Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art.82. São modalidades de proposição:

- I- Proposta de emenda à Lei Orgânica;
- II- Projeto de Lei Complementar;
- III- Projetos de lei;
- IV- Projetos de decreto legislativo;
- V- Projetos de resolução;
- VI- Projetos substitutivos;

- VII- Emendas e subemendas;
- VIII- Vetos;
- IX- Pareceres das Comissões Permanentes;
- X- Relatório das Comissões Especiais de qualquer natureza;
- XI- Indicações;
- XII- Requerimentos;
- XIII- Representações;
- XIV- Mensagem retificativa;
- XV- Substitutivo;
- XVI- Pedido de providencia ou informação.

Art. 83. As proposições deverão ser dirigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor ou autores.

§ 1º Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.

§ 2º Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em plenário.

§ 3º Os projetos serão redigidos com clareza, precisão e ordem lógica e deverão conter:

I- Exposição de motivos, que deverá explicitar a justificativa da edição do ato e estar de tal forma articulada e fundamentada que possa servir como defesa prévia em eventual arguição de inconstitucionalidade;

II- Título designativo da espécie normativa;

III- Ementa, que explicitará, de modo conciso e sob forma de título, o objetivo do ato normativo;

IV- Parte normativa, compreendendo o texto das normas relacionadas com a matéria regulada;

V- Parte final, com as disposições sobre medidas necessárias à implementação das normas constantes da parte normativa, as disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber;

VI- Informações e/ou documentos exigidos por lei ou por esta Resolução para a instrução da matéria.

§ 4º As demais proposições referidas neste artigo serão apresentadas acompanhadas de justificativa, notas explicativas, fundamento legal ou razões, conforme o caso.

Art. 84. Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 85. As proposições consistentes em projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito.

Parágrafo Único- Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu projeto.

CAPÍTULO II

Das Proposições em Espécie

Art.86. Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso, exceto o veto e o relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Câmara Municipal não for competente para deliberar.

§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, tais como:

I- Concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

II- Representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

III- Mudança do local de funcionamento da Câmara;

IV- Cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente;

§ 2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I- Perda de mandato de Vereador;

II- Concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III- Conclusões de Comissão de Inquérito ou Mista, quando for o caso;

IV- Qualquer matéria de natureza regimental;

V- Todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo.

VI- Aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado, mediante aprovação de 2/3 dos vereadores;

Art. 87. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado aos casos de iniciativa do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação, constitucional, legal ou deste Regimento.

Parágrafo Único- O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.

Art. 88. Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único- Não é permitido substituir parcialmente ou mais de um substituto ao mesmo projeto.

Art. 89. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas;

§ 2º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra;

§ 3º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra;

§ 5º Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra;

§ 6º A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 90. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

Art. 91. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo Único- O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.

Art.92. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único – Quando as conclusões de Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 93. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer de Comissões Permanentes.

Art. 94. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio sobre assunto

do expediente, da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.

§ 1º Serão verbais e decididos pelos Presidentes da Câmara os requerimentos que solicitem:

- I- A palavra ou desistência dela;
- II- Permissão para falar sentado
- III- Leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- IV- Observância de disposição regimental;
- V- Retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;
- VI- Requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;
- VII- Justificativa de voto e sua transcrição em ata.
- VIII- Verificação de quórum;
- IX- Licença de Vereador para ausentar-se da sessão;

§ 2º Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

- I- Prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;
- II- Dispensa de leitura da matéria constante da Ordem do Dia;
- III- Destaque de matéria para votação;
- IV- Votação a descoberto;
- V- Encerramento de discussão;
- VI- Inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;
- VII- Voto de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;

- VIII- Impugnação ou retificação da ata;
- IX- Manifestação do Plenário de interpretação do Regimento;
- X- Dispensa de discursão de proposição com todos os pareceres favoráveis.
- XI- Declaração em Plenário de interpretações do regimento

§ 3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

- I- Audiência de Comissão Permanente;
- II- Juntada de documento a processo ou desentranhamento;
- III- Transcrição integral de proposição ou documento em ata;
- IV- Preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;
- V- Anexação de proposições com objetivo idêntico;
- VI- Informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;
- VII- Constituição de Comissão Especial e de Inquérito;
- VIII- Retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia;
- IX- Convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário.

Art. 95. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando a destituição de membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo Único- Para efeito regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político-administrativa.

CAPÍTULO III

Seção I

Das Apresentação das proposições

Art. 96. Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta de sessão ordinária, exceto nos casos previstos na art. 82, VIII, IX e X, deverá ser apresentada como 48 (quarenta e oito) horas de antecedência na Secretaria da Câmara, que as protocolará, numerando-as e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 97. Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 98. As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou ser tratar de projeto em regime de urgência especial, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º As emendas à Proposta Orçamentária, ao Plano Plurianual e às Diretrizes Orçamentárias serão oferecidas no prazo de 10 dias, a partir da inserção da matéria no expediente, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

§ 2º As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas no prazo de 15 dias à comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art.99. As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruem e, a critério de seu autor de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantas forem os acusados.

Art. 100. O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:

- I- Em matéria que não seja de competência do Município;
- II- Que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;
- III- Que visa delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;
- IV- Que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;
- V- Que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;

VI- Que tenha sido rejeitado anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria absoluta dos membros da Câmara;

VII- Que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 81 a 85 deste regimento;

VIII- Quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, e não observar a restrição constitucional ao poder de emendar ao não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX- Quando a Indicação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X- Quando a Representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes;

XI- Quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto de projeto de origem.

Parágrafo Único- Exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para o devido parecer.

Seção II

Retirada de Proposições

Art. 101. A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

I- Quando de autoria de um ou mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos autores;

II- Quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

III- Quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito, não podendo ser recusada;

IV- Quando iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;

§ 1º O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciada a votação da matéria.

§ 2º Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo Presidente, em caso contrário, pelo Plenário.

§ 3º A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

Art. 102. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, em tramitação na Casa, sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:

I- As de iniciativa das Comissões Especiais;

II- As de iniciativas das Comissões Parlamentares de Inquérito;

III- As de iniciativa do Executivo sujeitas a deliberação em prazo certo, exceto as que abram crédito suplementar.

Parágrafo Único- O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

Art. 103. Os requerimentos a que se refere o §1º do art. 94, serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo incorrigível a decisão.

CAPÍTULO IV

Seção I

Da Tramitação das Proposições

Art. 104. Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste Capítulo.

Art. 105. Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.

§ 1º No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§ 2º Nenhuma proposição, salvo as indicações e requerimentos poderão ser apreciadas pelo Plenário sem o Parecer das Comissões competentes.

Art. 106. As emendas e subemendas, serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.

Art. 107. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara comunicando o veto a esta, a matéria será em continente encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no art.57 deste Regimento.

§ 1º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 2º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 3º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 4º Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 108. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 109. As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independente de deliberação do Plenário, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.

Parágrafo Único- No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.

Art. 110. Os requerimentos que se referem os §§1º e 2º do art. 94, serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

Parágrafo Único- Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o §3º do art. 94, com exceção daqueles dos incisos I, II, III, IV e V.

Art. 111. Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido sendo deliberado pelo Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

Seção II

Do Regimento de Urgência

Art. 112. As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.

§ 1º O regime de urgência especial implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentação de emendas serem reduzidos para metade do prazo previsto neste Regimento, e a não concessão de vistas.

§ 2º Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão.

§ 3º O regime de urgência simples implica a impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurando à proposição inclusão, em seguida prioridade, na Ordem do Dia.

Art. 113. A concessão de urgência especial dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa ou de Comissão, de autores da proposição em assuntos de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda, por proposta da maioria dos membros da edilidade, devendo ser transcrito na ata da sessão.

§ 1º O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º Concedida a urgência especial, na mesma sessão o Presidente encaminhará o projeto às Comissões competentes, que poderão em conjunto emitir o parecer sobre o projeto.

Art. 114. O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário através de requerimento verbal de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público que exige, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo Único- Serão incluídos no regime de urgência simples independente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I- A proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que disponham o Legislativo para apreciá-la;

II- Os projetos de lei do executivo sujeitos à apreciação em prazo certo a partir das 03 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III- O veto quando escoados 2/3 do prazo para sua apreciação.

Art. 115. As proposições em regime de urgência especial ou simples e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título IV deste Regimento.

Art. 116. Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição já estando vencido os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão.

TÍTULO V

Das Sessões da Câmara

CAPÍTULO I

Das Sessões em Geral

Art. 117. As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurando o acesso, às mesmas, do Público em geral.

§ 1º Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara, poder-se-á publicar a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§ 2º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:

I- Apresente-se convenientemente trajado;

- II- Não porte arma;
- III- Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- IV- Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;
- V-Atenda às determinações do Presidente.

§ 3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.

Art. 118. As sessões da Câmara deverão ser realizada em recinto destinado ao seu funcionamento, observado às exceções da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único- Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a realização da sessão, a mesma poderá ser realizada em outro local designado pelo Juiz de Direito da Comarca, no ato de verificação da ocorrência.

Art. 119. A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação de 2/3 dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário a preservação de decoro parlamentar.

Parágrafo Único- Deliberada a realização de sessão secreta ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 120. A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à sessão, pelo menos a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único- O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 121. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.

§ 1º A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhe seja feita pelo Legislativo.

CAPÍTULO II

Das Atas das Sessões

Art. 122. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.

§1º As indicações e os requerimentos apresentados em sessão indicados na ata somente com menção da respectiva numeração e as demais proposições e documentos com a menção do objeto a que se referiram, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º A ata da sessão anterior que ficará à disposição dos Vereadores até 24 horas de antecedência, será lida e votada sem discussão na sessão subsequente.

§ 3º A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.

§ 4º Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco.

§ 5º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.

§ 6º Requerida a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.

§ 7º Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, será ela incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

§ 8º Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 9º Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§ 10º A ata de sessão secreta será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 dos Vereadores.

Art. 123. A ata de última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão com qualquer numero, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO III

Das Sessões Ordinárias

Art. 124. As sessões ordinárias serão semanais devendo ocorrer todas as terças e quintas de cada semana, com duração dos trabalhos iniciando-se às 19:30 horas.

§ 1º A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 minutos, para a conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 2º O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§ 3º Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, devendo o novo requerimento ser oferecido até 05 (cinco) minutos antes do término daquela.

§ 4º Havendo 02(dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação será votado o que visar menor prazo, ficando prejudicados os demais.

Art. 125. As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes: Pequeno Expediente, Ordem do Dia, Indicações e Tribunal Livre.

§ 1º No início dos trabalhos feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, O Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

§ 2º Não havendo número legal o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavrar ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.

Art. 126. O Pequeno Expediente se destinará à leitura da ata da sessão anterior, das correspondências dirigidas ao Poder Legislativo.

Art. 127. A Ordem do Dia destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.

§ 1º Na Ordem do Dia, verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º Não se verificando quórum regimental, o Presidente aguardará por 15 minutos, como tolerância, antes de declara encerrada a sessão.

§ 3º A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.

§ 4º O Presidente determinará ao Secretário a leitura de proposição:

I- Constante da pauta e aprovada conclusivamente pelas Comissões Permanentes, para apreciação de eventual recurso, de um terço dos membros da Casa.

II- Sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.

§ 5º A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

I- Matéria em regime de urgência especial;

II- Matérias em regime de urgência simples;

III- Vetos;

IV- Matéria em discussão única;

V- Matéria em segunda discussão;

VI- Matéria em primeira discussão;

VII- Recursos;

VIII- Demais proposições.

§ 6º As matérias de igual classificação figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação.

§ 7º O Secretário procederá a leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

Art. 128. As Indicações e Tribuna Livre destinar-se-á a pronunciamento de Vereador, devidamente inscrito até final da Ordem do Dia, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município, por 5 (cinco) minutos, facultado em dobro a mais do tempo aos líderes.

§ 1º A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido por Vereador durante o pronunciamento.

§ 2º Não havendo mais oradores para falar, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO IV

Das Sessões Extraordinárias

Art. 129. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.

§ 1º A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 124 e seus parágrafos, no que couber.

§ 2º Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

Art. 130. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I- Pelo Prefeito, quando este a entender necessário, inclusive no período de recesso legislativo;

II- Pelo Presente da Câmara, de ofício fundamentado;

III- Por requerimento de 1/3 dos vereadores.

Art. 131. As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação escrita aos Vereadores, fixando dia, horário e assunto a ser tratado, e em casos de urgência verbalmente.

Parágrafo Único- Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos Vereadores ausentes a mesma.

Art. 132. A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quando a aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 122 e seus parágrafos.

Parágrafo Único- Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO V

Das Sessões Solenes

Art. 133. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

§ 1º As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§ 2º Será elaborado previamente, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classe ou de clubes de serviços, sempre a critério do Presidente da Câmara.

Art. 134. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, por deliberação do Plenário.

Parágrafo Único- Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

TÍTULO VI

Das Discussões e Deliberações

CAPÍTULO I

Das Discussões

Art. 135. Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.

§ 1º Não estão sujeitas à discussão:

I- As indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 109;

II- Os requerimentos mencionados no art. 94, §§ 1º e 2º;

III- Os requerimentos mencionados no art. 94, §3º, I a V;

§ 2º O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I- De qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se nesta última hipótese o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II- Da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III- De emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;

IV- De requerimento repetitivo.

§ 3º A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 4º As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, a qual não prejudica a apresentação de emendas.

Art. 136. Terão uma única discussão as seguintes proposições:

I- As que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II- As que se encontrem em regime de urgência simples;

III- Os projetos de lei oriundo do Executivo com solicitação de prazo;

IV- O veto;

V- Os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VI- Os requerimentos sujeitos a discussão;

VII- As emendas.

Art. 137. Terão 02(duas) discussões todas as proposições não incluídas no artigo anterior;

§ 1º Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

§ 2º É considerada aprovada toda proposição submetida à duas discussões, sempre que a mesma for aprovada na segunda discussão, mesmo que na primeira tenha sido rejeitada.

Art. 138. A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§ 1º O Presidente, autorizando o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulos, seções ou grupos de artigos.

§ 2º Quando tratar-se de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário;

§ 3º Quando tratar-se de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto em primeira discussão.

Art. 139. Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates, em seguida discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Parágrafo Único- Na hipótese do “caput” deste artigo, suster-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes afetas à matéria, salvo se o Plenário dispensar o parecer.

Art. 140. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a proposição obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único- O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.

Art. 141. A adiantamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1º O adiantamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º Apresentados 02 (dois) ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º Não se concederá adiantamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

Art. 142. Encerra-se a discussão de qualquer proposição:

I- Pela ausência de oradores;

II- Por decurso de prazos regimentais;

III- Por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto, pelo menos 04 (quatro) Vereadores, dentre os quais, o autor, salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II

Das Disciplina dos Debates

Art. 143. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I- Falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II- Dirigir-se-á ao Presidente ou à Câmara voltado a Mesa, salvo quando responder aparte;

III- Não usará da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento de excelência.

Art. 144. Ao Vereador que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:

I- Usar a palavra com finalidade diferente do motivo alegado;

II- Desviar-se da matéria em debate;

III- Falar sobre matéria vencida;

IV- Usar de linguagem imprópria;

V- Ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI- Deixar de atender as advertências do Presidente.

Parágrafo Único- Para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.

Art. 145. O Vereador somente usará da palavra:

I- No expediente quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;

II- Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III- Para apartear na forma regimental;

IV- Para explicação pessoal

V- Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI- Para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII- Quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 146: O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

- I- Para leitura de requerimento de urgência;
- II- Para comunicação importante à Câmara;
- III- Para recepção de visitante;
- IV- Para votação de requerimento de prorrogação de sessão;
- V- Para atender o pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.

Art. 147. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concederá na seguinte ordem:

- I- Autor da proposição em debate;
- II- Ao relator do parecer em apreciação;
- III- Ao autor da emenda;
- IV- Alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate.

Art. 148. Para o aparte, ou interrupção do orador, para indagação ou fazer comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

- I- O aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 (três) minutos;
- II- Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;
- III- Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV- O aparteante permanecerá de pé enquanto ouve a resposta do aparteado.

Art. 149. Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

- I- 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem e apartear;

II- 05 (cinco) minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda; discutir parecer, falar na Tribuna Livre, Ordem do Dia, proferir explicação pessoal, os líderes terão o tempo em dobro.

Parágrafo Único- Não será permitida a sessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III

Seção I

Do Quórum Das Deliberações

Art. 150. As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.

Art. 151. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias;

I- Código Tributário do Município;

II- Código de Obras;

III- Código de Posturas;

IV- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;

V- Lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;

VI- Lei instituidora da Guarda Municipal;

VII- Perda de mandato de Vereador;

VIII- Rejeição de veto;

IX- Criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção cargos, fixação, aumento e alteração de vencimento dos servidores públicos municipais;

X- Fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

XI- Obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município;

XII- Concessão de serviços públicos;

XIII- Concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;

XIV- Alienação de bens imóveis do Município;

XV- Aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;

Parágrafo Único- Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art. 152. Dependerão de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

I- Regimento Interno da Câmara;

II- Alteração de próprios, vias e logradouros públicos, com mais de 10 anos de denominação;

III- Concessão de títulos honoríficos e honrarias;

IV- Concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;

V- Transferência da sede do Município;

VI- Rejeição do parecer prévio do TC/SE, sobre as contas do Município;

VII- Alteração territorial do Municipal, bem como alteração de seu nome;

VIII- Criação, organização e supressão de distritos;

III- Nas deliberações sobre perda de mandato de Vereador e Prefeito.

IV- Na eleição da Comissão Representativa da Câmara.

Art. 159. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.

§ 1º Os processos simbólicos consistem na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de voto secreto, o qual será através de cédulas.

Art. 160. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental, ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferir-lo.

§ 2º Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§ 3º O Presidente em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 161. Uma vez iniciada, a votação interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Art. 162. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus co-partidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.

Art. 163. Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Art. 164. Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo Único- Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.

Art. 165. Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 166. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo Único- A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 167. Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 168. Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada ao Prefeito para sanção ou veto.

§ 1º Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativo e de resolução.

§ 2º Havendo contradição, obscuridade ou impropriedade linguística na redação final, será admissível, a requerimento de no mínimo 1/3 dos membros da Câmara, o retorno da mesma à Comissão para nova redação final, ficando aprovada, se contra ela não votarem 2/3 dos componentes da edilidade.

TÍTULO VII

Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I

Da Elaboração Legislativa Especial

Seção I

Do Orçamento

Art. 169. Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira

sessão subsequente enviando-a à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, para recebimento de emendas.

Art. 170. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas pronunciar-se-á em até 30 (trinta) dias, sobre o projeto e as emendas, observando o disposto na Lei Orgânica do Município, findo os quais com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 171. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas, no uso da palavra.

Art. 172. Aplicam-se as normas desta Seção à proposta do Plano Plurianual de investimentos e às diretrizes orçamentárias.

Seção II

Das Codificações e dos Estatutos

Art. 173. Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídas cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o recebimento de emenda e sugestões nos 15 (quinze) dias seguintes.

§ 1º A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialistas na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§ 2º A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar conveniente ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas; findo os quais, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

§ 3º Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aos autores das emendas.

CAPÍTULO II

Seção I

Do Julgamento da Contas

Art. 174. Recebido o parecer prévio do TC/SE, independente de leitura em Plenário, o Presidente, encaminhará o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte) dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhado o projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.

Art. 175. O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto, assegurado, no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria.

Art. 176. Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o decreto legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância.

Art. 177. Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o Expediente se reduzirá em 30 minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

Seção II

Da Convocação dos Secretários Municipais

Art. 178. A Câmara poderá convocar o Prefeito, Vice-Prefeito e os secretários municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo, conforme determina a Lei Orgânica Municipal mediante requerimento de 1/3 dos vereadores.

TÍTULO VIII

Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

CAPÍTULO I

Seção I

Das Interpretações e dos Precedentes

Art. 179. As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 180. Os casos não previstos neste Regimento, serão resolvidos soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Seção II

Da Ordem

Art. 181. Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º O proponente não observando o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não considerar a questão levantada.

§ 3º Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.

§ 4º Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes

Art. 182. Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra "pela ordem", 1 (uma) única vez, para fazer qualquer esclarecimento.

CAPÍTULO II

Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma

Art. 183. A Secretaria da Câmara fará reproduzir este Regimento, enviando à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 184. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, fará a consolidação de todas

as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-se em separata.

Art. 185. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de dois terços dos membros da edilidade mediante proposta:

I- Da maioria simples dos Vereadores;

II- Da Mesa em colegiado;

TÍTULO IX

Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art. 186. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 187. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos, deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.

Art. 188. A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:

I- De atas das sessões;

II- Livro de presença;

III- De registro de leis, decretos legislativos e resoluções;

IV- De termos de posse de funcionários;

V- De declaração de bens dos Vereadores;

VI- De termo de posse do Prefeito e o Vice-Prefeito.

VII- De termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§ 2º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim, podendo-se utilizar de todos os meios eletrônicos para sua otimização.

TÍTULO X

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 189. A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 190. Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 191. Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativa decretado no Município.

Art. 192. Lei Complementar de infrações Político-Administrativas, bem como a Lei que regulará o funcionamento das Comissões de Inquérito, poderão ser votadas através de projeto apresentado pela Mesa, pelo Poder Executivo ou pela maioria dos líderes da Bancada.

Art. 193. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil, administrativa e penal.

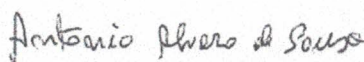
Art. 194. A data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 195. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Muribeca/SE, 18 de junho de 2009.


JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente


ANTÔNIO ALVARO DE SOUZA

Vice-Presidente

Jose Adriano dos Santos
JOSÉ ADRIANO DOS SANTOS

1º Secretário

JOSÉ AILTON GOMES VIEIRA

João Ailton Gomes Vieira
2º Secretário

MEMBROS

Audinete da Silva Costa
AUDINETE DA SILVA COSTA

VEREADOR

José Carlos Hora da Conceição
JOSÉ CARLOS HORA DA CONCEIÇÃO

VEREADOR

Adairton Souza
ADAIARTON SOUZA

VEREADOR

Remo Figueiredo de Moraes
REMO FIGUEIREDO DE MORAIS

VEREADOR

Washington Luiz Pereira
WASHINGTON LUIZ PEREIRA

VEREADOR

32.894.420/0001-22

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIBEA

Plaza Getúlio Vargas, 2.º andar

8 Centro - CEP 49780-000

Muritiba - Paraná